

GAZETA MERCANTIL

2º TURNO

Febraban preocupada com fim da correção monetária

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

A preocupação com a Constituinte trouxe ontem a Brasília o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua Rocha Diniz. Desde que foi votado o capítulo do sistema financeiro, o setor bancário começou a se movimentar na expectativa de que seja derrubada, sem segunda votação, a emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) que fixou em 12% real, ao ano, o juro na ponta dos empréstimos.

Mas não é apenas esse o motivo de apreensão dos representantes dos bancos. Rocha Diniz indicou ontem que o setor está de atenção voltada também para duas emendas que, conforme disposição de seus autores, devem ser apresentadas para votação na fase das Disposições Transitórias.

Ambas tratam do desaparecimento puro e simples da incidência da correção monetária sobre contratos de crédito firmados na época da vigência do Plano Cruzado. A proposta do deputado Humberto Souto (PFL-MG) prevê a exclusão da atualização monetária nos contratos de crédito rural dos produtores do Nordeste e nos contratos firmados por mini, pequenas e médias empresas, também no Nordeste. Já o senador Monsueto de Lavour (PMDB PE) propõe,

em sua emenda, o desaparecimento da correção monetária em todos os contratos firmados por mini, pequenas e médias empresas, em todo o território nacional, na época do Cruzado, alegando que esses tomadores foram induzidos pela ilusão da inflação baixa.

"A Constituinte não pode conceder anistia de dívida firmada entre duas pessoas, o tomador e o banco", disse Rocha Diniz, adiantando que cálculos preliminares dão conta de que o perdão da correção monetária sobre o montante da dívida em questão iria representar cerca de CZ\$ 180 bilhões, o equivalente ao dobro do orçamento do Ministério da Saúde para este exercício.

Ele levou ontem essa situação ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, solicitando o apoio da área econômica do governo no trabalho de convencimento no recuo, junto aos constituintes. A audiência foi rápida, durou quinze minutos, mas deu para Rocha Diniz sentir que o Tesouro Nacional não dispõe de recursos para cobrir o pagamento dos compromissos assumidos durante o Cruzado, no caso de a "anistia" vir a ser aprovada pela Constituinte. Nenhuma das emendas prevê alocação de recursos do Tesouro Nacional para isso. O prejuízo, portanto, conforme as propostas, seria arcado pelo próprio sistema bancário.

24 MAI 1988